



CURSO DE PSICOLOGIA

MARIA GABRIELA MOREIRA SOUZA

**A EXPANSÃO DOS AMBULATÓRIOS ESPECIALIZADOS NO ATENDIMENTO A
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS E A PRESENÇA DA PSICOLOGIA SOB A
PERSPECTIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBTQIAPN+**

FORTALEZA

2023

MARIA GABRIELA MOREIRA SOUZA

**A EXPANSÃO DOS AMBULATÓRIOS ESPECIALIZADOS NO ATENDIMENTO A
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS E A PRESENÇA DA PSICOLOGIA SOB A
PERSPECTIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBTQIAPN+**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Psicologia pela Faculdade Ari de
Sá.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Bárbara Barbosa
Nepomuceno

Aprovado(a) em: ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Bárbara Barbosa Nepomuceno
Faculdade Ari de Sá

Prof^ª. Me. Karine Lima Verde Pessoa
Faculdade Ari de Sá

Prof^ª. Dr^ª. Beatriz Sernache de Castro Naves
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Faculdade Ari de Sá

Gerada automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S719a Souza, Maria Gabriela .

A EXPANSÃO DOS AMBULATÓRIOS ESPECIALIZADOS NO ATENDIMENTO A
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS E A PRESENÇA DA PSICOLOGIA SOB A PERSPECTIVA DA
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBTQIAPN+ / Maria Gabriela Souza. – 2023.
30 f.

Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Ari de Sá, Curso de Psicologia, Fortaleza, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Bárbara Barbosa Nepomuceno.

1. Ambulatórios. 2. Transexual. 3. Psicologia. 4. Localização. 5. Serviços. I. Título.

CDD 150

A EXPANSÃO DOS AMBULATÓRIOS ESPECIALIZADOS NO ATENDIMENTO A TRANSEXUAIS E TRAVESTIS E A PRESENÇA DA PSICOLOGIA SOB A PERSPECTIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBTQIAPN+

Maria Gabriela Moreira Souza

Prof^ª. Dr^ª. Bárbara Barbosa Nepomuceno

RESUMO

O cuidado ampliado ao sujeito transgênero é previsto pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, bem como a atuação da Psicologia nos ambulatórios especializados no atendimento de pessoas trans. Objetiva-se compreender acerca da atuação da Psicologia nestes ambulatórios em cinco cidades do Brasil, através de estudo realizado no formato de pesquisa documental, cuja análise de dados se dá através da análise de conteúdo, com as seguintes categorias: ano de criação do ambulatório, localização, caracterização da equipe, serviços ofertados e serviços com participação da Psicologia. Os resultados apontam uma expansão quantitativa no número de ambulatórios nos territórios analisados, bem como da presença unânime da Psicologia nestes serviços, através do suporte aos pacientes durante o processo transexualizador e também desenvolvendo ações de prevenção em saúde e promoção da cidadania; entretanto, enfatiza-se sobre práticas subordinadas à perspectiva normatizadora dos sujeitos e defasagem em publicações assertivas do Conselho Federal de Psicologia sobre a prática em equipamentos de saúde especializados.

Palavras-chave: Ambulatórios. Transexual. Psicologia. Localização. Serviços.

ABSTRACT

The extended care for transgender individuals is provided for by the National Policy of Comprehensive Health for Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, and Transsexuals, as well as the role of Psychology in specialized outpatient clinics catering to trans individuals. The objective is to understand the role of Psychology in these clinics in five cities in Brazil through a study conducted in the form of documentary research. The data analysis is carried out through content analysis, considering the following categories: the year of creation of the clinic, location, team characterization, services offered, and services involving Psychology, through supporting patients during the transgender process and also developing health prevention actions and promoting citizenship. Results point to the quantitative expansion in the number of clinics in the analyzed territories, as well as the unanimous presence of Psychology in these services. However, it emphasizes practices that are subordinated to the normative perspective of individuals and a gap in assertive publications from the Federal Council of Psychology regarding practice in specialized health facilities.

Keywords: Outpatient clinics. Transgender. Psychology. Location. Services.

1 INTRODUÇÃO

A transgeneridade caracteriza-se como um fenômeno que engloba indivíduos cuja (auto)identificação e intercruzamento nas categorias de gênero produz comportamentos sociais divergentes dos atribuídos ao sexo biológico do nascimento, considerando homens ou mulheres trans, pessoas não binárias, cross-dressing e travestis, dentre outras orientações (Silva et al., 2020). Atualmente, o grupo de pessoas transgênero está incluso na sigla LGBTQIAPN¹ (Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais) e, de acordo com Cardoso e Ferro (2012), este grupo é historicamente negligenciado em termos de direitos humanos básicos e vivem em situação de vulnerabilidade.

No Brasil, uma das formas de destinar atenção específica a grupos em vulnerabilidade é a adoção de políticas públicas, definidas por Souza (2006) como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam na vida dos cidadãos. Assim, destaca-se o desenvolvimento de políticas públicas de saúde, cujo conceito é destacado por Júnior e Júnior (2006) como um aspecto socialmente ampliado e atualmente vinculado às políticas sociais e econômicas, enfatizando que a assistência em saúde passou a ser concebida de forma integral, implementando medidas tanto curativas quanto preventivas. Entretanto, ainda que a saúde passou a ser discutida como um direito de todos, alguns grupos ainda ficaram à margem destas ações, como os LGBTQIAPN+.

Para Mendes (2010), a relação entre o movimento LGBTQIAPN+ e o Estado no Brasil estreitou-se durante a década de 1990, visando o combate à epidemia de AIDS/HIV, resultando no aumento de grupos ativistas e no lançamento de campanhas pelo reconhecimento social destes sujeitos e o combate à discriminação e ao estigma destinados a este grupo. A epidemia da AIDS/HIV é considerada por Da Silva et al. (2018) como fator possibilitador de reflexões acerca do paradigma biomédico na abordagem em saúde para o grupo LGBTQIAPN+, ressaltando a importância da relação entre direitos humanos e promoção de saúde. Ainda, Mello et al. (2011) cita a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, incorporado ao Ministério da Justiça em 2001, como um marco na reivindicação de políticas públicas voltadas à promoção de cidadania e dos direitos humanos para além da esfera de prevenção da AIDS/HIV, buscando englobar mais demandas de saúde e bem estar da população LGBTQIAPN+.

¹ Sigla definida pelo portal Orientando.org, organização não governamental responsável por traduzir termos referentes à gênero e orientação sexual. Disponível em: <https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/>. Acesso em: 15 de nov. de 2023.

Entretanto, apenas em 2011 foi criada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 (Brasil, 2011). Com essa política, prevê-se promover a saúde integral desta população, visando práticas em saúde combatentes à discriminação de gênero e orientação sexual e ao preconceito institucional, contribuindo para a redução das desigualdades e para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como sistema integral, universal e equitativo (Domene et al, 2022). Dentre os objetivos específicos da política, de acordo com a cartilha disponibilizada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2013), a implementação da política visa ampliar o acesso da população LGBTQIAPN+ aos serviços de saúde do SUS, garantindo o respeito e a prestação de serviços de saúde com qualidade e resolução de suas demandas e necessidades.

Dentro do grupo LGBTQIAPN+, destaca-se a importância de mencionar ações específicas voltadas para pessoas transgênero, comunidade esta que ainda passa por processos de exclusão, violência e preconceito diariamente (Silva et al. 2020). De acordo com o dossiê "Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022" (BENEVIDES, 2023), emitido pela Agência Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o estado de Pernambuco ocupa o topo do ranking de assassinatos de pessoas trans, indicando 13 assassinatos no ano de 2022, seguido pelo estados de São Paulo e Ceará, ambos com 11 assassinatos; em sequência, seguem os estados de Minas Gerais (9) e Rio de Janeiro (8). Além disso, o relatório também aponta para o crescente número de suicídios neste grupo, e foram registrados 20 casos no ano de 2022, dentre eles incluindo pessoas não binárias, homens trans/transmasculinos e travestis/mulheres trans.

Junto à população trans, a Psicologia caminha de forma paralela na busca por equidade de direitos e garantia da cidadania do sujeito transgênero. Neste percurso, Gallas, Brito e Silva (2019) destacam a despatologização da transexualidade como um marco nas conquistas da comunidade, que passou a ser definida como “incongruência de gênero” à partir da 5ª edição do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais e foi retirada da lista de doenças mentais pela Organização Mundial da Saúde em 2018. Ainda, o Conselho Federal de Psicologia destaca, através do Código de Ética Profissional do Psicólogo, que a Psicologia é uma prática aliada dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos², como a não discriminação, o respeito à autonomia das pessoas e coletividades e o

² Documento proclamado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 01 de novembro de 2023.

reconhecimento da diversidade social, sejam estas de cultura, moralidade, crenças religiosas ou ideologias políticas (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

Neste cenário, o Conselho Federal de Psicologia também firma sua atuação na promoção de práticas não discriminatórias através de resoluções que visem nortear o atendimento dos profissionais de Psicologia junto à população LGBTQIAPN+, como a Resolução CFP nº 01/1999, que foi pioneira no estabelecimento de normas de atuação para os psicólogos em relação a questões relacionadas à orientação sexual dos sujeitos (Conselho Federal de Psicologia, 1999). Entretanto, esta única resolução não foi o suficiente para contemplar a complexidade imbuída nas vivências do grupo e, mais tardiamente, a publicação da Resolução CFP nº 01/2018, passou a direcionar práticas exclusivas sobre as questões de identidade de gênero, tema não contemplado anteriormente na resolução de 1999 (Conselho Federal de Psicologia, 2018).

Ainda, Da Rocha Bezerra et al. (2019) também aponta para as especificidades enfrentadas pelo público de transgêneros, incluindo travestis e transexuais presente na sigla LGBTQIAPN+, ressaltando que as demandas de saúde específicas desta população os levam a buscar por equipamentos especializados, à procura de abordagens menos estigmatizantes e que se diferenciem do padrão heterocisnormativo no acolhimento em demandas de saúde. Nestas especificidades, Monteiro e Brigadeiro (2019) apontam para algumas temáticas recorrentes nos serviços de saúde especializados no cuidado à pessoas trans, como o processo de transição de gênero, que envolve desde o uso de hormônios, até mudanças corporais mais profundas - como a implementação de próteses -, e também a prevenção e tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), além de outras experiências vivenciadas por estes sujeitos.

Visando o atendimento especializado deste público, a Portaria nº 2.803/2013 (Brasil, 2013) é embasada junto à Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPN+ e caracteriza-se como um fator estruturante da linha de cuidado ao sujeito transgênero, direcionando o acolhimento especializado, prevendo atendimento ambulatorial e hospitalar, além articular estes equipamentos com a rede de saúde do SUS em todos os seus níveis de atenção (Brasil, 2013), que figuram em três categorias distintas, desde a atenção básica, composta pelas Unidades Básicas de Saúde e Estratégia de Saúde da Família, passando pela a atenção secundária, em que figuram Centros de Especialidades e Serviços de Apoio Diagnóstico Terapêutico, e alcançando o nível terciário, composto pela atenção hospitalar (Solla; Chioro, 2008).

De acordo com Silva et al. (2022), embora haja a regulamentação da saúde pública para todos e níveis de atenção especializados em múltiplas demandas, a população transgênero ainda enfrenta dificuldades no acesso à saúde em todos os níveis, como o preconceito, o desconhecimento do nome social por parte da equipe de saúde, e a necessidade de comprovação da transexualidade, visto que o autodiagnóstico não é suficiente para garantir o acesso deste público aos equipamentos. Desta forma, Silva e Duarte (2018) apontam para o atendimento em ambulatórios especializados como uma porta de entrada para acompanhamentos adequados, sendo estes espaços capazes de respeitar as especificidades do grupo e promover informações acerca dos seus direitos e garantia da cidadania da pessoa trans. No acolhimento em saúde, Irineu et al. (2022) ainda destaca a importância da equipe multidisciplinar em ambulatórios especializados, ressaltando o papel da Psicologia como uma ponte na compreensão sensível das questões decorrentes das vivências de gênero não hegemônicas, além de promover o pensar em estratégias de apoio emocional frente às demandas postas pelas vivências desses sujeitos.

A partir disso, questiona-se: a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT impactou de forma a expandir o número de ambulatórios especializados que disponibilizam serviços de Psicologia para pessoas transgênero? Assim, este artigo foca em caracterizar os ambulatórios especializados no atendimento a pessoas trans em território nacional, considerando as capitais que figuram no ranking de violência à pessoas trans no Brasil. Para este fim, objetiva-se de forma geral discutir a atuação da Psicologia nos ambulatórios especializados localizados nas 5 cidades do ranking, através da indicação da existência de ambulatórios especializados nestas capitais, bem como dos tipos de serviços ofertados nos equipamentos e a composição da equipe multidisciplinar; além disso, caracterizar como a Psicologia atua e se articula com as temáticas discutidas nos ambulatórios e se tais práticas acordam com as proposições do Conselho Federal de Psicologia.

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, cuja importância é destacada por Minayo (2014, p. 57) na produção científica sobre saúde, que se caracteriza por ser o método aplicado ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, propiciando a construção de novas abordagens, bem como a revisão e a criação de novos conceitos e categorias durante a investigação.

O levantamento dos dados foi realizado a partir da pesquisa documental, apontada por Junior et al. (2021) como uma ferramenta que pode ser utilizada tanto para pesquisas

quantitativas quanto para qualitativas, destacando o aspecto da compreensão detalhada dos fatos em sua profundidade proposta pela pesquisa qualitativa. Assim, Junior et al. (2021) ainda destaca que a pesquisa documental utiliza do documento como objeto de estudo, e este pode ser proveniente de leis, fotos, jornais, revistas, imagens, vídeos, postagens em mídias sociais, dentre outros.

A coleta dos dados foi realizada utilizando a ferramenta de pesquisa Google, que permite a livre exploração dos documentos disponíveis acerca de determinada temática, e utilizou-se os descritores “ambulatório”, “trans”, e o nome da cidade correspondente. Nesta ferramenta, foram encontrados diversos portais cuja postagem referia-se ao tema; conforme está descrito no Apêndice – A, os documentos foram selecionados de portais oficiais das Secretarias de Saúde dos estados, portais oficiais de Universidades Federais ou Estaduais às quais o ambulatório em questão estivesse vinculado, e portais de notícias locais, páginas oficiais de hospitais, e organizações não governamentais atuantes nas cidades.

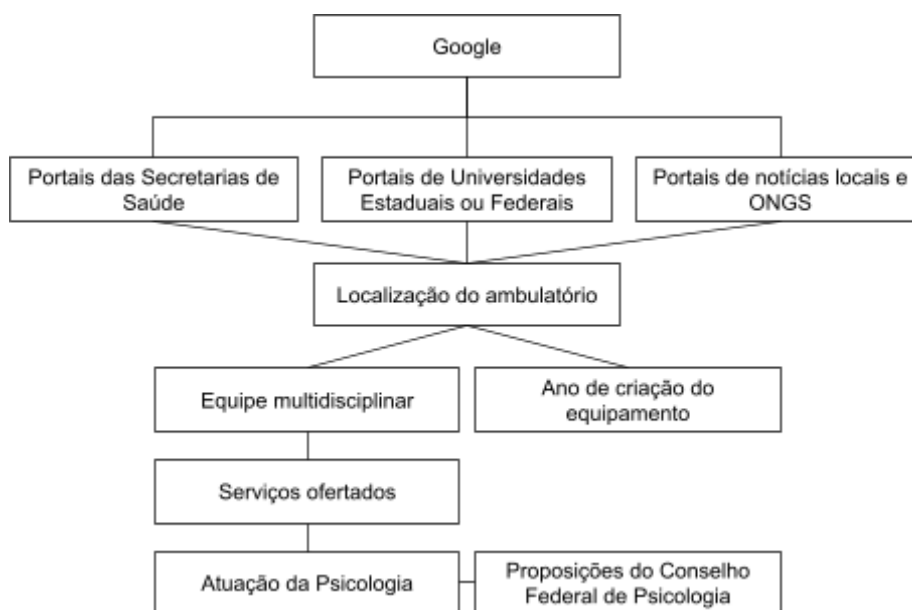
Durante a coleta dos dados, as publicações foram filtradas considerando dois critérios: o ano da publicação, considerando apenas aquelas realizadas a partir de 2011, sendo este o ano da instituição da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; e, o conteúdo da publicação deveria conter pelo menos uma informação relevantes em relação aos ambulatórios locais, como a localização, a equipe presente no ambulatório, as ações desenvolvidas pelos profissionais, ou o relato de pessoas trans frequentadoras do ambulatório.

Ainda nesta fase, utilizou-se a cartilha de Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIAPN+ (Conselho Federal de Psicologia, 2023), em que constam documentos oficiais do Conselho Federal de Psicologia. As resoluções apresentadas pela cartilha foram divididas em duas categorias: menção ao sujeito trans, ou menção a outros grupos parte da sigla LGTBQIAPN+. Assim, duas resoluções foram selecionadas para posterior comparação com os dados encontrados a respeito da caracterização dos ambulatórios: a Resolução CFP nº 01/2018 e a Resolução CFP nº 08/2020, que referem-se respectivamente às normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis e às normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero.

Para a análise dos dados obtidos, utilizou-se da análise de conteúdo, que para Bardin (1977, p. 95) prevê a execução em três fases, sendo a (1) pré análise, com a escolha dos documentos, a formulação de hipóteses e a preparação do material; (2) a exploração do material, com a escolha das unidades/categorias a serem estudadas; e a (3) interpretação dos

dados, a partir da inferência de significados presentes nos documentos utilizados na coleta. A partir dos dados obtidos referentes aos ambulatórios, estabeleceu-se as seguintes categorias: localização do ambulatório, caracterização da equipe multidisciplinar, serviços ofertados no ambulatório, atuação da Psicologia, ano da criação do equipamento e proposições do Conselho Federal de Psicologia. (Figura 1).

Figura 1 - Coleta e categorização dos dados dado



Fonte: Elaborado pela autora.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos, a análise dos mesmos prosseguiu de forma a alcançar os objetivos propostos, de forma a discorrer acerca da localização dos ambulatórios encontrados em 5 estados do Brasil: Pernambuco, São Paulo, Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro, bem como sobre a equipe que compõe estes territórios, os serviços ofertados por este serviço, a interseção da Psicologia com tais serviços, e se tais serviços condizem com as proposições normatizadoras propostas pelo Conselho Federal de Psicologia.

3.1 LOCALIZAÇÃO DOS AMBULATÓRIOS

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais considera a necessidade de ampliação das ações e serviços de saúde especificamente destinados a atender às peculiaridades da população LGBTQIAPN+ (Brasil,

2011) e, com isso, faz-se necessária a compreensão acerca da distribuição dos ambulatórios especializados como ponto importante desta política. Ao todo, considerando os estados de Pernambuco, São Paulo, Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que figuram no topo do ranking de estados que mais assassinaram pessoas trans no ano de 2022 (Benevides, 2022), somam-se 14 ambulatórios distribuídos nestes territórios.

Nos estados destacados, a presença dos ambulatórios ainda se apresenta de forma pontual, e os mesmos figuram especialmente nas capitais dos referidos estados (Tabela 1). Dentre os estados selecionados, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro contabilizam mais de um equipamento especializado cada, sendo o estado de São Paulo o local onde há a presença de mais equipamentos, somando oito no total; entretanto, os equipamentos não são distribuídos de forma equitativa entre as cidades, totalizando seis na capital São Paulo, um na cidade de Santos e um em São José do Rio Preto. Já o estado de Minas Gerais contabiliza três equipamentos em três cidades distintas: Belo Horizonte, Uberlândia e Juiz de Fora. O estado do Rio de Janeiro contabiliza dois ambulatórios em seu território, distribuindo-os na capital, Rio de Janeiro, e na cidade de Niterói. Pernambuco, estado que lidera o ranking de violência em 2022, apresenta dois ambulatórios e os concentra apenas na capital Recife; e, no Ceará, a presença do único equipamento disponível concentra-se na capital Fortaleza.

Tabela 1 - Distribuição dos ambulatórios por estado

Cidade/Estado	Quantidade de ambulatórios
São Paulo (SP)	6
Santos (SP)	1
São José do Rio Preto (SP)	1
Belo Horizonte (MG)	1
Uberlândia (MG)	1
Juiz de Fora (MG)	1
Rio de Janeiro (RJ)	1
Niterói (RJ)	1
Recife (PE)	2
Fortaleza (CE)	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, destaca-se que o estado do Ceará caracteriza-se como o único estado a alocar o ambulatório como um anexo de um Hospital Mental, medida esta que embora possua justificativa histórica pelo desenvolvimento do ambulatório enquanto serviço, vai de encontro à normativa proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em retirar a transexualidade da lista de transtornos mentais. Assim, compreende-se que a localização específica do serviço também pode vir a contribuir para o estigma em relação à esta população, comportamento este definido por Goffman (1980, p. 6) como ato carregado de depreciações negativas e que se solidifica nas relações entre os indivíduos.

Considera-se que a expansão dos ambulatórios em território nacional é norteada pela Portaria nº 2.803, que certifica-se da ampliação dos equipamentos destinados ao grupo de pessoas transgênero (Brasil, 2013). Com a implantação desta portaria no ano de 2013, enfatiza-se que o possível aumento no número de ambulatórios em território nacional também é relevante para a análise da efetividade desta normativa, e observa-se que houve aumento significativo na distribuição quantitativa destes equipamentos nos cinco estados considerados nesta análise desde a proposição da política. Destaca-se também os estados de São Paulo e Minas Gerais, que figuram como os dois únicos estados deste grupo a implantarem equipamentos de atenção especializada antes da criação da Portaria nº 2.803. (Tabela 2).

Tabela 2 - Ano de criação dos ambulatórios ou equipamentos de atenção especializada

Ambulatório	Ano de criação
Ambulatório LBT (Recife, PE)	2016
Ambulatório LGBT Patrícia Gomes (Recife, PE)	2017
Centro de Referência de Saúde Integral para População de Travestis e Transexuais Janaina Lima (São Paulo, SP)	2023
Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadora Lara Barcelos (São Paulo, SP)	2003
Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (São Paulo, SP)	2009

AMBGEN - Ambulatório de Gênero e Sexualidades da UNICAMP (São Paulo, SP)	2017
AMTIGOS - Amb. Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (São Paulo, SP)	2010
Ambulatório Generidades da Santa Casa de Misericórdia (São Paulo, SP)	Não encontrado
Ambulatório Municipal de Saúde Integral de Travestis e Transexuais (São José do Rio Preto, SP)	2011
Serviço Ambulatorial Transdisciplinar para pessoas Transgênero (Fortaleza, CE)	2017
Ambulatório de Atenção Especializada no Processo Transexualizador, Hospital Eduardo de Menezes (Belo Horizonte, MG)	2017
Centro de Referência em Atenção Integral para Saúde Transespecífica (Uberlândia, MG)	2007
Serviço de Atenção Especializada no Processo Transexualizador (Juiz de Fora, MG)	2023
Ambulatório de Transdiversidade (Rio de Janeiro, RJ)	2022
Ambulatório de Atenção à Saúde da População Travesti e Transexual (Niterói, RJ)	2018

Fonte: Elaborado pela autora.

Silva et al. (2022) também apontam para a defasagem no número de ambulatórios especializados no cuidado do sujeito transgênero, destacando que a presença destes equipamentos ainda se dá de forma discreta. Considerando este cenário, discute-se a importância de ambulatórios de atendimento a pessoas transexuais, não apenas nos estados

em que os números de violência seguem em crescimento, como também em território nacional, de forma abrangente. A distribuição destes equipamentos configura-se como uma política importante no acolhimento da população trans, visto que estes sujeitos encontram-se em histórica situação de vulnerabilidade.

3.2 SERVIÇOS OFERTADOS E COMPOSIÇÃO DA EQUIPE

A presença de equipes multidisciplinares é unânime em todos os ambulatórios analisados, onde constam profissionais médicos como psiquiatras, endocrinologistas e ginecologistas, enfermeiros, psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais. As diretrizes da Portaria nº 2.803 reforçam a importância do trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional, composta por múltiplas especialidades, e a integração das ações e dos serviços de saúde, além de definir a integralidade do cuidado a transexuais e travestis, não restringindo ou centralizando a meta terapêutica apenas ao processo de transgenitalização e demais intervenções (Brasil, 2013).

Observa-se relevante transversalidade entre a equipe presente nos equipamentos e os serviços ofertados, considerando que os ambulatórios ou centros especializados disponibilizam serviços como exames clínicos e processo transexualizador ambulatorial (terapia hormonal), serviços de apoio psicossocial a familiares de crianças e adolescentes com variabilidade de gênero, acolhimento em saúde mental (oficinas e grupos terapêuticos), abordagem para possíveis complicações causadas após implante de silicone, acompanhamento de pessoas intersexo, atendimentos a complicações cirúrgicas de afirmação de gênero e endocrinopatias de base afetadas pelo uso de hormônios, e sangria terapêutica.

Quanto aos demais serviços ofertados, destaca-se ações como as desenvolvidas pelo Ambulatório LGBT Patrícia Gomes e Ambulatório LBT do Hospital da Mulher, ambos em Recife, Pernambuco, que promovem ações de saúde para a comunidade através da realização de oficinas, palestras, festivais culturais e campanhas que engajem os cidadão LGBTQIAPN+, especialmente a população trans, na garantia dos seus direitos e na consolidação de sua cidadania. Neste cenário de promoção e prevenção em saúde de forma sistêmica, Silva e Duarte (2018) apontam para a importância dos ambulatórios especializados como espaço capaz de promover visibilidade para debates sobre os caminhos e estratégias para a ampliação de serviços e de ações em saúde voltadas para este público, além de destacar o papel do ambulatório como potência para intervenções que resgatem a identidade do sujeito.

Ainda, ações desenvolvidas pelo Ambulatório Trans Anyky Lima, em Belo Horizonte, Minas Gerais, são descritas como transformadoras na vida dos pacientes contemplados pelo serviço:

N. realiza uma jornada de 12 horas de viagem para vir às consultas, e costuma chegar três dias antes para se precaver de quaisquer imprevistos. “Tudo mudou na minha vida quando passei a frequentar o ambulatório. Hoje sei dos meus direitos e como exercê-los. O ambulatório é minha segunda casa, e todos aqui são minha família. Quando você não está acostumada com gentileza e passa a ser tratada com gentileza, é muito bom. É o que acontece aqui”, assegura. A professora conta que, antes de frequentar o ambulatório trans, sua autoestima era frágil. Com o início do tratamento, ela tem conquistado espaços e alcançado crescimento. “O ambulatório me ajuda a saber lidar com situações de discriminação e a ser quem eu sou. Aqui formei uma rede de referência”, revela N., que atua como uma espécie de multiplicadora de informações sobre o ambulatório trans em sua cidade e na região onde mora (Marques, 2019, n.p).

Já no Ambulatório para as Travestis e Transexuais, situado na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Teixeira et al. (2023) enfatiza o pioneirismo do serviço ainda em 2007, quando inseriu em prontuários eletrônicos o nome social dos pacientes, tornando-se o primeiro serviço a adotar esta prática sistemática no Brasil, antes mesmo da publicação da Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPN+. Quanto ao uso do nome social em serviços de saúde, Silva et. al (2017) destacam que a disponibilização de campo destinado ao nome social, bem como o respeito por parte da equipe ao adotarem o nome de escolha do usuário, impedem que o constrangimento bloqueie o acesso aos serviços ofertados, e fortalece os princípios de universalidade e equidade do Sistema Único de Saúde.

No estado de São Paulo, destaca-se a criação da “Rede Sampa Trans”, desenvolvida para articular os serviços de atendimento especializado à pessoas transexuais com os demais serviços de saúde pública da cidade. Na perspectiva de Silva et al. (2022), a população transgênero ainda enfrenta dificuldades no acesso à saúde, desde a atenção básica à hospitalar, o que ressalta que a articulação em rede com os demais serviços disponíveis pelo SUS é também uma forma de viabilizar o acesso desta população ao atendimento adequado, através de práticas que respeitem a individualidade de cada sujeito. Pereira e Chazan (2019) também destacam que a dimensão técnica do acesso envolve acolhimento, integralidade do cuidado, vínculo, compromisso e qualidade assistencial, fatores estes que não puderam ser devidamente alcançados pela análise proposta nesta pesquisa, dada a dimensão do estudo realizado.

Ainda em São Paulo, o pioneirismo do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais, criado em 2009, é enfatizado por Gianna et al. (2022), que destacam que o serviço se constitui para além da esfera da intervenções biomédicas, mas também configura-se

como um canal de comunicação entre a população usuária do serviço e as instituições que possuem poder e responsabilidade sobre a condução das políticas públicas de saúde, englobando a comunidade trans no cuidado não apenas em saúde pública, como também em saúde mental. Desta forma, a equipe do ambulatório pauta seus atendimentos considerando a complexidade das demandas apresentadas, que podem reverberar em sofrimento psíquico e físico, e também em processos de estigmatização e preconceito.

Já no estado do Rio de Janeiro, o Portal Ecoa Uol³ destaca o crescimento do Ambulatório de Atenção à Saúde da População Travesti e Transexual João W. Nery, em Niterói que, embora seja um equipamento recente, tem buscado o seu protagonismo no atendimento humanizado à população transexual, seja por demanda espontânea ou por meio de agendamentos. Ainda, no ambulatório são realizados cadastros personalizados para cada paciente, em que constam perguntas de rastreio para compreender se o sujeito está incluído em outros programas assistenciais do governo e se está realizando acompanhamento em saúde, no intuito de fortalecer o acesso desta população à iniciativas de saúde. Irineu et al. (2022) ressalta a importância deste acolhimento inicial, no sentido de construir um ambiente acolhedor e de empatia, norteado pela humanização do atendimento livre de discriminação.

Além disso, no Ambulatório de Transdiversidade, localizado no Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Diretoria de Comunicação da UERJ⁴ destaca que os profissionais de fonoaudiologia são amplamente procurados no serviço, em decorrência da terapia hormonal em homens trans, mulheres trans e travestis, além de enfatizar como o cuidado com este aspecto interfere na construção da identidade destes sujeitos e na satisfação com a terapia realizada. Nesta perspectiva de atendimento sistêmica, Irineu et al. (2022) também aponta para a importância e necessidade do trabalho em equipe multidisciplinar para viabilizar a integralidade da assistência, destacando que embora não haja a inserção de algumas especialidades na equipe mínima requerida para o atendimento em ambulatório especializado, é de valiosa importância a

³ O Portal Ecoa Uol faz parte do grupo Uol de comunicação, e disponibiliza notícias de gêneros diversos, com o intuito de informar iniciativas sobre educação, saúde, meio ambiente, diversidade, gestão pública, dentre outras. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/12/07/ambulatorio-em-niteroi-e-referencia-no-atendimento-a-populacao-transgenero.htm>. Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

⁴ Nota disponibilizada no portal oficial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.uerj.br/noticia/ambulatorio-de-transdiversidade-do-hupe-uerj-comemora-um-ano-de-atendimento-a-populacao-transgenero-do-rio/>. Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

participação de múltiplas especialidades para a construção do Planejamento Terapêutico Singular dos pacientes atendidos.

Por fim, no Ceará o papel desempenhado pelo Ambulatório Sertrans é ilustrado pelo Diário do Nordeste⁵ como uma possibilidade para diminuir a grande demanda por atendimento especializado que o estado requer. Entretanto, ainda que articulado com a rede local, o ambulatório não conta com especialidades cruciais para contemplar aspectos do processo transexualizados, como médicos ginecologistas e urologistas, sendo necessário realizar encaminhamentos para outros equipamentos em que os pacientes possam receber o atendimento adequado destas especialidades. A Secretaria de Saúde do Estado do Ceará⁶ também destaca a equipe multidisciplinar do ambulatório, que conta com médicos psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais e endocrinologistas, além de ressaltar as ações desempenhadas pelo serviço como promotoras de bem estar e cidadania:

J.O., de 34 anos, é paciente do Sertrans há 11 meses. Ele conta que, após ser assistido no equipamento, tem conseguido viver em sua plenitude. “Quando você é uma pessoa trans, colocada em contextos de marginalidade, é muito complicado não ter um suporte. Aqui, tenho a experiência de me sentir um cidadão respeitado e de existir na sociedade enquanto indivíduo” (Fernandes, 2023, n.p).

No que tange às equipes multidisciplinares e os serviços ofertados nos ambulatórios, destaca-se também a importância da articulação destes serviços com a rede de saúde, de forma mais abrangente e na busca pela promoção de saúde de forma integral e descentralizada. Assim, Saadeh et al. (2018) enfatizam que a configuração dos ambulatórios em equipe multidisciplinar deve ser vista não apenas como modelo único a ser replicado, mas também como possibilidade concreta de resposta, podendo este serviço ser adequado de acordo com as necessidades locais de cada população.

3.3 ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA

De acordo com o Art. 13 da Portaria nº 2.803, é necessário que o profissional de Psicologia componha a equipe mínima de atuação nos ambulatórios, para atuar não apenas junto ao processo transexualizador, como também para práticas de humanização do cuidado

⁵ Jornal local do estado do Ceará. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/ambulatorio-para-pessoas-trans-abre-atendimento-em-messejana-1.2190420>. Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

⁶ Portal oficial da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Disponível em: <https://www.saude.ce.gov.br/2023/01/26/ambulatorio-oferece-assistencia-multidisciplinar-em-saude-a-pessoas-trans/>. Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

(Brasil, 2013). Em conformidade com esta proposição, a presença da Psicologia nos ambulatórios analisados é uniformemente observada, dada a importância deste campo para o acolhimento em saúde da população trans, não subordinando sua prática à outras áreas, como a Psiquiatria e a Assistência Social, mas para a implementação de intervenções autônomas que visem compreender a subjetividade das vivências experienciadas pelo sujeito transexual, proporcionar espaço adequado para a elaboração destas experiências e minimização do sofrimento.

Para Gianna et al. (2018), o acompanhamento psicológico nos ambulatórios traduz sua importância devido à complexidade das situações que emergem da sexualidade dos sujeitos, destacando o papel da Psicologia como prática capaz de instrumentalizar a população trans e os espaços dos quais fazem parte, na busca pela legitimação das identidades de gênero enquanto possibilidade de existência. Assim, os ambulatórios englobados nesta pesquisa trazem a Psicologia como profissionais atuantes nas equipes multidisciplinares, estando estes aptos a desenvolver intervenções como atendimentos em grupo ou individuais, assistência ao sujeito trans e às famílias, apoio psicológico durante o processo transexualizador e as diferentes fases que o compõem, dentre outros.

De forma geral, a psicologia está presente em todas as equipes descritas nos ambulatórios; entretanto, considera-se também a baixa quantidade dos profissionais da área presente nos equipamentos, não ultrapassando o número de dois por ambulatório. Gianna et al. (2018) destaca a importância da ampliação da rede de saúde e também do investimento na formação de quadros qualificados de profissionais para atender toda a demanda que os ambulatórios recebem, considerando que os mesmos absorvem grande número de pacientes advindos de outras cidades. Tal ampliação pôde ser notada no estado de São Paulo que ampliou de 28 para 45 espaços na rede Rede Sampa Trans, composta por variados equipamentos de saúde especializados no atendimento de pessoas trans, expansão esta que também reverbera no trabalho realizado pela Psicologia no acolhimento dos pacientes:

“Cheguei por indicação de uma amiga e fui bem atendido desde a recepção, passando pela psicóloga e médicos. Fiquei impressionado com a qualidade do meu tratamento, mesmo em tão pouco tempo”, diz S. Atualmente, cerca de 1500 profissionais trabalham diretamente nas ações que envolvem a Rede Sampa Trans e têm sido treinados para aprimorar a qualidade do atendimento oferecido a pessoas trans e travestis (Folha de São Paulo, 2023, n.p).

É possível alcançar parte do trabalho realizado pela Psicologia nos ambulatórios através de campanhas de prevenção em saúde, como no Ambulatório LGBT Patrícia Gomes, em Recife. Em matéria publicada no Portal G1, Fonseca (2023) divulgou a Semana da

Visibilidade Trans, promovida pela equipe do ambulatório, em que foram ofertados diversos serviços em saúde para a população trans, incluindo atendimentos psicológicos sem a necessidade de agendamento prévio e o auxílio da equipe de Psicologia em orientações para os pacientes sobre o mercado de trabalho e as oportunidades disponíveis. Neste cenário, assim como destacado por Benute et al. (2001), a participação da Psicologia em campanhas mediadas por equipes multiprofissionais é de extrema importância, o que evita a fragmentação de aspectos essenciais do acolhimento e possíveis tratamentos ofertados.

No Ceará, Fernandes (2023) também aponta para a presença da Psicologia no Ambulatório Sertrans como prática necessária para o rompimento da lógica binária de gênero, e ressalta que o acompanhamento destes profissionais é de grande importância para os pacientes, devido aos altos índices de adoecimento psicológico, como a depressão e a ansiedade. Desta forma, assim como relatado por Saadeh et al. (2018), a Psicologia atua nos ambulatórios de forma a produzir um espaço de escuta que permita aos sujeitos produzir elaborações sobre si mesmos, com a finalidade de libertá-los de um discurso científico normatizante e auxiliando na construção de uma clínica crítica das transexualidades.

Ressalta-se também o uso da arteterapia como ferramenta que auxilia no processo de promoção de saúde mental nos ambulatórios, assim como realizado no Ambulatório de Gênero e Sexualidades (AmbGen), em São Paulo, em que também há a presença do profissional de Psicologia como facilitador das sessões terapêuticas. Saadeh et al. (2018) destacam que esta prática facilita a expressão das emoções em diversas faixas etárias, através da comunicação não verbal, o que auxilia na percepção de como cada situação é vivenciada e enfrentada durante a trajetória destas pessoas.

Considerando os ambulatórios especializados no atendimento à pessoas trans como espaços capazes de promover atendimentos alinhados às necessidades desta população, Silva et al. (2022) destaca que a população trans ainda enfrenta dificuldades no acesso à saúde, desde a atenção básica à hospitalar, como o preconceito, o desconhecimento do nome social por parte da equipe de saúde, e a necessidade de comprovação da transexualidade. Deste modo, ressalta-se que a Psicologia é de importante atuação nestes espaços, na perspectiva de facilitar processos de psicoeducação que auxiliem no acolhimento humanizado deste grupo.

3.4 PROPOSIÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

A primeira resolução do Conselho Federal de Psicologia que versa acerca da prática de psicólogos junto à comunidade LGBTQIAPN+ data de 1999, sendo esta a Resolução CFP nº

01/1999, estabelecendo normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual e, destacando que os profissionais de Psicologia devem contribuir para uma reflexão acerca do preconceito e do desaparecimento de discriminações e estigmatização desta comunidade (Conselho Federal de Psicologia, 1999). Entretanto, apenas em 2018 o Conselho retornou à publicar acerca deste grupo, desta vez direcionando as normativas especialmente para o atendimento junto à travestis e transexuais, através da Resolução CFP nº 01/2018.

Nesta nova Resolução, o Conselho considera a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2013), além de outras conferências e declarações que versem sobre o tópico, instituindo que o exercício profissional da Psicologia não deve contribuir com práticas que favoreçam a discriminação destes grupos, nem se utilize de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações em relação às pessoas transexuais e travestis (Conselho Federal de Psicologia, 2018). Deste modo, faz-se necessário pontuar acerca do intervalo de tempo entre a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPN+ e a nova resolução do conselho, destacando que a comunidade de Psicólogos, embora historicamente tenha mantido-se alinhada com as proposições que respeitem a livre expressão da sexualidade humana, enfrentou um longo período na ausência de normativas específicas que pudessem regular a prática da Psicologia no combate à transfobia.

Entretanto, destaca-se também a importância da Resolução CFP nº 01/2018 e, mais tardiamente, da Resolução CFP nº 08/2020, que direciona acerca do papel da Psicologia no combate à violência de gênero, incluindo neste grupo mulheres cisgênero e transgênero, como as mulheres trans, travestis e não binárias (Conselho Federal de Psicologia, 2020). Tais resoluções ilustram o importante papel da Psicologia como prática capaz de promover práticas éticas e alinhadas aos direitos humanos, no combate à transfobia e no acolhimento da população trans em ambientes da rede de saúde ou em outros espaços onde os profissionais estejam presentes, como na clínica, papel este que também é fortalecido através da Portaria nº 457/2008, que define que a Unidade de Atenção Especializada no Processo Transexualizador deve oferecer não apenas a assistência diagnóstica, como também a terapêutica especializada aos indivíduos que busquem pelo serviço (Brasil, 2008).

Considerando as práticas desenvolvidas pelos profissionais de Psicologia nos ambulatorios analisados neste estudo, como o acompanhamento dos pacientes e das famílias, atendimentos psicológicos individuais ou em grupo, participação em campanhas com foco em promoção e prevenção em saúde nas comunidades, facilitação de encontros para arteterapia, e

trabalhos de psicoeducação junto aos pacientes do serviço e à equipe multidisciplinar, enfatiza-se que tais práticas alinham-se diretamente com a Resolução CFP nº 01/2018, que versa em seu Art. 1º:

As psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão voltada à eliminação da transfobia e do preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis (Conselho Federal de Psicologia, 2018).

Ainda, de acordo com a Resolução CFP nº 08/2020, que direciona a partir do Art. 3º:

A psicóloga e o psicólogo deverão acolher e cooperar com ações protetivas à mulher, seja ela cisgênero, transexual ou travesti, e à pessoa com expressões não binárias de gênero, dentre outras, considerados os aspectos de raça, etnia, orientação sexual, deficiência, quando elas tiverem direitos violados. (Conselho Federal de Psicologia, 2020)

Ainda, destaca-se o papel da Psicologia no processo transexualizador, regulamentado pelo Sistema Único de Saúde, em que a participação do profissional de Psicologia é prevista em Portaria nº 2.803 como parte da equipe mínima para atuação nos ambulatórios (Brasil, 2013). Em consonância com esta proposição, os psicólogos atuantes nos ambulatórios desenvolvem intervenções junto a enfermeiros, fisioterapeutas, médicos endocrinologistas e também psiquiatras. Entretanto, Cazeiro et al. (2022) também apontam para o fato de que, nesses espaços, embora a Psicologia busque atuar sob uma lógica despatologizante, a mesma ainda está sujeita à práticas como o preenchimento de relatórios e laudos a respeito do sujeito trans, durante todo o processo transexualizador e também no período após. Neste cenário, o Conselho Federal de Psicologia não esclarece quais práticas que possam corroborar com o modelo biomédico estão ou não vetadas ao Psicólogo, mas reforça em nota técnica que:

A assistência psicológica não deve se orientar por um modelo patologizado ou corretivo da transexualidade e de outras vivências trans, mas atuar como ferramenta de apoio ao sujeito, de modo a ajudá-lo a certificar-se da autenticidade de sua demanda, englobando todo o seu contexto social (Conselho Federal de Psicologia, 2013, n.p).

A partir dos dados analisados, destaca-se que é notória a presença da Psicologia nos espaços de acolhimento à população trans, ainda que à esta prática sejam requeridos diagnósticos, através de laudos e relatórios sobre o sujeito, o que majoritariamente subordina a Psicologia à práticas normatizadoras (Cazeiro et al. 2022). Entretanto, a atuação destes profissionais em equipes multidisciplinares, que atuam não apenas no processo transexualizador, como também no cuidado humanizado de forma sistêmica, corrobora com as proposições do Conselho Federal de Psicologia e indica o papel importante desta classe no fornecimento de informações sobre seus os direitos do sujeito trans, acolhimento inicial,

esclarecimentos junto à equipe de saúde, facilitação de espaços de troca e compartilhamento de experiências e atendimento psicológico (Silva; Duarte, 2018).

Frente às proposições do Conselho Federal de Psicologia, aponta-se para a presença dos profissionais desta área como um ato significativo nos equipamentos de saúde especializados no acolhimento da população trans, dado o histórico da Psicologia como prática de resistência e alinhamento junto à luta pelos direitos de pessoas LGBTQIAPN+, ainda que tensionando discussões acerca de práticas normatizadoras e patologizantes do corpo trans. Assim, Gallas, Brito e Silva (2019) apontam para a necessidade de reflexão da classe para desconstruir o pensamento que enseje sobre a categorização das experiências dos sujeitos conforme o sexo biológico, buscando evitar abordagens que deslegitimem a transexualidade enquanto possibilidade de existência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário exposto, ressalta-se acerca da importância dos ambulatórios especializados no atendimento à pessoas trans, espaços estes em que a atuação da Psicologia se faz presente não apenas durante o processo transexualizador, como também em múltiplas intervenções que englobam o sujeito trans em sua subjetividade, estando este situado em um contexto social de onde emerge uma multiplicidade de experiências atreladas à sua sexualidade e identidade de gênero. Desta forma, nota-se diferentes ações nas regiões analisadas, a partir das demandas que surgem do público atendido nas localidades.

Com as proposições expostas pela Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPN+, observa-se que o número de ambulatórios nas regiões consideradas expandiu; entretanto, aponta-se para o cenário de estados como Pernambuco e Ceará, que ainda carecem de números expressivos nos ambulatórios e figuram em posições significativas no ranking de violência à pessoas trans, o que conduz à reflexão acerca do desenvolvimento de práticas que possam integrar este sujeito à rede de saúde. Ainda, enfatiza-se que faz-se necessário o constante investimento no quadro dos profissionais atuantes nos ambulatórios, de forma a possibilitar novas formas de intervenções e atualizar os conhecimentos sobre a temática da transexualidade, como pôde ser observado no estado de São Paulo que, ainda que haja a concentração de parte dos ambulatórios na capital, traduz em números a expansão de sua rede de atenção. Ressalta-se ainda que, neste estudo não foram considerados dados populacionais das regiões, e encoraja-se o desenvolvimento de pesquisas que possam comparar a

abrangência dos equipamentos especializados com a demanda populacional das cidades consideradas.

Nos ambulatórios aqui expostos, observou-se a forte presença de equipes multidisciplinares, em que se inclui a Psicologia como prática capaz de transformar os espaços em ambientes acolhedores que recebam o sujeito transgênero de forma não discriminante e com um olhar não patologizante, fortalecendo sua luta pelo direito de exercer a sua identidade de gênero; ainda, observa-se que a Psicologia articula-se forma complementar às demais práticas, como a Enfermagem, a Fisioterapia, a Medicina e a Assistência Social, o que indica que os atendimentos realizados nestes equipamentos tendem a considerar a pessoa trans de forma global, em sua completude e na complexidade de suas vivências.

Por fim, embora hajam normativas éticas a respeito do posicionamento da Psicologia frente à questões relacionadas aos direitos LGBTQIAPN+, destaca-se a defasagem de produções do Conselho Federal de Psicologia sobre normativas que direcionam a prática dos psicólogos atuantes nos serviços de saúde especializados no atendimento à pessoas LGBTQIAPN+, para que desta forma a Psicologia possa fortalecer a autonomia de sua prática e também possibilitar o desenvolvimento desta autonomia naqueles a quem suas intervenções são direcionadas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENEVIDES, Bruna G (Org.). **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. de 2023.

BENUTE, G. R. G. et al.. A Importância do Psicólogo na Criação e Implantação dos programas Educativos e de Prevenção em Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 25, n. 1, p. 49–53, jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 457, de 19 de agosto de 2008. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estabelece estratégias e ações que orientam o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT**. Resolução nº. 2, de 6 de dezembro de 2011. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Portaria nº. 2.803, de 19 de novembro de 2013. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F.. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 3, p. 552–563, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/8pg9SMjN4bhYXmYmxFwmJ8t/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

CAZEIRO, F. et al.. Processo transexualizador no SUS: questões para a Psicologia a partir de itinerários terapêuticos e despatologização. **Psicologia em Estudo**, v. 27, p. e48503, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/d7GVRkqtBxmDd7PvywDBhpc/#>>. Acesso em: 3 de dez. de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans**. 1. ed. Brasília, DF. Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>>. Acesso em: 7 de dez. de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+**. 1. ed. Brasília, DF. Conselho Federal de Psicologia, 2023. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf>. Acesso em: 2 de out. de 2023.

DA ROCHA BEZERRA, M. V. et al. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Saúde Debate**, v. 43, n. 8, p. 305–323, 2019. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/sdeb/v43nspe8/0103-1104-sdeb-43-spe08-0305.pdf>>. Acesso em: 12 de abr. de 2023.

DOMENE, F. M. et al. Saúde da população LGBTQIA+: revisão de escopo rápida da produção científica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3835–3848, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2022.v27n10/3835-3848/pt/#>>. Acesso em: 05 de jun. 2023.

FERNANDES, M. **Ambulatório oferece assistência multidisciplinar em saúde a pessoas trans**. Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Ceará, 2023. Disponível em: <<https://www.saude.ce.gov.br/2023/01/26/ambulatorio-oferece-assistencia-multidisciplinar-em-saude-a-pessoas-trans/>>. Acesso em: 30 de out. de 2023.

FONSECA, D. **Na Semana da Visibilidade Trans, Recife oferece serviços de saúde e psicologia e orientação sobre mercado de trabalho; veja locais**. Portal G1, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/paranaiba/noticia/2023/01/23/na-semana-da-visibilidade-trans-recife-oferece-servicos-de-saude-e-psicologia-e-orientacao-sobre-mercado-de-trabalho-veja-locais.ghtml>>. Acesso em: 07 de dez. de 2023.

GALLAS, A. K. C.; BRITO, A. K. M.; SILVA, F. M. V. A despatologização das identidades TRANS e a psicologia brasileira frente a luta pelos direitos LGBTQI+. **Journal of Social Sciences, Humanities and Research in Education**, v. 2, n. 2, p. 51-58, 30 dez. 2019. Disponível em: <<https://lestu.org/journals/index.php/josshe/article/view/53/110>>. Acesso em: 8 de dez. de 2023.

GIANNA, M. C.; BARBOSA MARTINS, R.; SHIMMA, E. .; SHIMMA, E. Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais: desafios e realizações. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 98–104, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/34597>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

IRINEU, R. de A.; BRITO, G. de C.; MONTEIRO, H. M. C. .; PINATTI, P. .; MELO, K. M. M. de .; MENTA, S. A. Multidisciplinary in health care for transgender people. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e38011629297, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29297>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

JÚNIOR, A. P.; JÚNIOR, L. C. Políticas públicas de saúde no Brasil. *Revista Espaço para a Saúde*. **Revista Espaço para a Saúde**, v. 8, n. 1, p. 13–19, 2006. Disponível em: <https://www.professores.uff.br/jorge/wp-content/uploads/sites/141/2017/10/v8n1_artigo_3.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2023

JUNIOR, E. B. L. et al. Análise Documental como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, p. 36–51, 2021.

MARQUES, A. Ambulatório trans do Hospital Eduardo de Menezes já realizou cerca de duas mil consultas em um ano de funcionamento. **Secretaria de Estado de Saúde**, 2019. Disponível em: <<https://www.saude.mg.gov.br/pipa/story/10944-ambulatorio-trans-do-hospital-eduardo-de-menezes-ja-realizou-cerca-de-duas-mil-consultas-em-um-ano-de-funcionamento#:~:text=Os%2>>

[Oatendimentos%20acontecem%20todas%20as.em%20Belo%20Horizonte%20\(MG\)>](#). Acesso em: 15 de out. de 2023.

MELLO, L. et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 9, p. 7–28, dez. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sexs/a/8ZZjpNCzgQMvJDDGRvLPYmk/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 04 de jun. de 2023.

MENDES, L. **A historia do movimento homossexual brasileiro**. Disponível em: <<http://lgbtt.blogspot.com/>>. Acesso em: 2 jun. de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014, 407p.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, p. e00111318, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/7Smzr3QL4tfvwZvqyKtysgt/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 12 de abr. de 2023.

PEREIRA, L. B. de C.; CHAZAN, A. C. S. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1795-1795, 2019. Disponível em: <<https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1795>>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

Resolução CFP nº 001/1999, de 22 de março de 1999. (1999). **Estabelece norma de atuação para psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual**. Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 8 de dez. de 2023.

Resolução CFP nº 001/2018, de 29 de janeiro de 2018. (2018). **Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis**. Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>>. Acesso em: 8 de dez. de 2023.

Resolução CFP nº 008/2020, de 07 de julho de 2020. (2020). **Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero**. Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-082020.pdf>>. Acesso em: 8 de dez. de 2023.

SAADEH, A. et al. AMTIGOS-Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, do IPq-HCFM/USP: proposta de trabalho com crianças, adolescentes e adultos. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, v. 19, n. 2, p. 86-97, 2018. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1016648/bis-v19n2-diversidade-86-97.pdf>>. Acesso em: 2 de dez. de 2023.

SILVA, C.; DUARTE, A. S. **Humanização e Ambiência em Ambulatórios Especializados para Transexuais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO EDIFÍCIO HOSPITALAR, 2018, Curitiba. *Anais*. Curitiba: Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Edifício Hospitalar, 2018. p. 231-238. Disponível em: <[https://attitudepromo.iweventos.com.br/upload/cartas/files/CBDEH%202018%20WEB_CO M%20CAPA\(1\).PDF](https://attitudepromo.iweventos.com.br/upload/cartas/files/CBDEH%202018%20WEB_CO M%20CAPA(1).PDF)>. Acesso em: 05 de jun. de 2023.

SILVA, L. et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online]. 2017, v. 27, n. 03, pp. 835-846. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300023>>. Acesso em: 09 de dez. de 2023.

SILVA, N. L. et al.. Social identity of transgender persons: concept analysis and proposition of nursing diagnoses. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, p. e20200070, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/TpH8W4hr8MGxVRzkW3TbkKq/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

SILVA, R. C. D. DA . et al. Reflexões bioéticas sobre o acesso de transexuais à saúde pública. *Revista Bioética*, v. 30, n. 1, p. 195–204, jan. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bioet/a/VVtRjLWt9RKbTQMhXs4Y5Zx/#>>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

SOLLA, J.; CHIORO, A. Atenção Ambulatorial Especializada. Em: **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. [s.l.] Fiocruz, 2008. p. 1–37.

SOUZA, C.. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, n. 16, p. 20–45, jul. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVOhc4jm/?format=html#>>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

TEIXEIRA, F. et al. **O HC/UFU e o cuidado em saúde para travestis e transexuais**. Portal de Notícias da Universidade Federal de Uberlândia, 2023. Disponível em: <<https://comunica.ufu.br/noticias/2023/01/o-hcufu-e-o-cuidado-em-saude-para-travestis-e-transexuais>>. Acesso em: 17 de out. de 2023.

APÊNDICE A – LISTA DE PORTAIS UTILIZADOS NA COLETA DE DADOS

I. Pernambuco:

Ambulatório LGBT Patrícia Gomes cadastra usuários trans em programa de captação de talentos. **Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife**, Recife, 23 de janeiro de 2023.

Disponível em:

<<https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/23/01/2023/ambulatorio-lgbt-patricia-gomes-cadastra-usuarios-trans-em-programa-de-captacao>>. Acesso em: 01 de set. de 2023.

PCR inaugura ambulatório LGBT na Policlínica Lessa de Andrade. **Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife**, Recife, 16 de novembro de 2017. Disponível em:

<<https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/23/01/2023/ambulatorio-lgbt-patricia-gomes-cadastra-usuarios-trans-em-programa-de-captacao>>. Acesso em: 01 de set. de 2023.

FONSECA, D. Na Semana da Visibilidade Trans, Recife oferece serviços de saúde e psicologia e orientação sobre mercado de trabalho; veja locais. **Portal G1**, Pernambuco, 23 de janeiro de 2023. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/01/23/na-semana-da-visibilidade-trans-recife-oferece-servicos-de-saude-e-psicologia-e-orientacao-sobre-mercado-de-trabalho-veja-locais.ghtml>>. Acesso em: 01 de set. de 2023.

NADLER, M. Ambulatório LBT do Hospital da Mulher do Recife participa do Mês da Visibilidade Trans. **Gestão do Hospital do Câncer de Pernambuco**, Pernambuco, 26 de janeiro de 2023. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/01/23/na-semana-da-visibilidade-trans-recife-oferece-servicos-de-saude-e-psicologia-e-orientacao-sobre-mercado-de-trabalho-veja-locais.ghtml>>. Acesso em: 03 de set. de 2023.

PCR reforça campanha contra preconceito e discriminação de gênero em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBT. **Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife**, Recife, 25 de junho de 2021. Disponível em:

<<https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/25/06/2021/pcr-reforca-campanha-contrapreconceito-e-discriminacao-de-genero-em-alusao-ao>>. Acesso em: 05 de set. de 2023.

II. São Paulo:

Prefeitura entrega Centro de Referência para a População de Travestis e Transexuais na região central da cidade. **Secretaria de Saúde da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 11 de janeiro de 2023. Disponível em:

<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=340877>>. Acesso em: 05 de set. de 2023.

Casa Ser - Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva - Maria Auxiliadora Lara Barcellos. **Rede de Defesa de Direitos**. Disponível em:

<<https://redededefesadedireitos.com.br/listing/casa-ser-dorinha-centro-de-atencao-a-saude-sexual-e-reprodutiva-maria-auxiliadora-iara-barcelos/>>. Acesso em: 05 de set. de 2023.

Unidade inaugurada em janeiro na região central é a primeira desse tipo em São Paulo.

Expresso Estadão, São Paulo, 3 de julho de 2023. Disponível em:

<<https://expresso.estadao.com.br/sao-paulo/2023/07/03/centro-de-referencia-para-pessoas-trans-chega-a-1-673-atendimentos/>>. Acesso em: 04 de set. de 2023.

Boa notícia: No mês da Visibilidade Trans, Prefeitura de São Paulo inaugura Centro de Referência de Saúde Integral para a População de Travestis e Transexuais Janaína Lima.

Agência de Notícias da AIDS, São Paulo, 12 de janeiro de 2023. Disponível em:

<<https://agenciaaids.com.br/noticia/boa-noticia-no-mes-da-visibilidade-trans-prefeitura-de-sao-paulo-inaugura-centro-de-referencia-de-saude-integral-para-a-populacao-de-travestis-e-transexuais-janaina-lima/>>. Acesso em: 05 de set. de 2023.

Em dois anos, Prefeitura de São Paulo aumenta em 60% rede de atendimento à população trans. **Estúdio Folha**, São Paulo, 4 de setembro de 2023. Disponível em:

<<https://estudio.folha.uol.com.br/prefeitura-de-saopaulo/2023/09/em-dois-anos-prefeitura-de-sao-paulo-aumenta-em-60-rede-de-atendimento-a-populacao-trans.shtml>>. Acesso em: 05 de set. de 2023.

III. Ceará:

BRISA, M. Petição tenta realocar e melhorar ambulatório destinado a pessoas trans. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 6 de abril de 2021. Disponível em:

<<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/04/06/peticao-tenta-realocar-e-melhorar-ambulatorio-destinado-a-pessoas-trans.html>>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

FERNANDES, M. Ambulatório oferece assistência multidisciplinar em saúde a pessoas trans. **Secretaria de Saúde do Governo do Estado do Ceará**, Fortaleza, 26 de janeiro de 2023.

Disponível em:

<<https://www.saude.ce.gov.br/2023/01/26/ambulatorio-oferece-assistencia-multidisciplinar-em-saude-a-pessoas-trans/>>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

NASCIMENTO, T. Ambulatório para pessoas trans abre atendimento em Messejana. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 de dezembro de 2022. Disponível em:

<<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/ambulatorio-para-pessoas-trans-abre-atendimento-em-messejana-1.2190420>>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

IV. Minas Gerais:

DO VALE, J. H. Ambulatório trans é inaugurado no Hospital Eduardo de Menezes. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/23/interna_gerais.919117/ambulatorio-trans-e-inaugurado-no-hospital-eduardo-de-menezes.shtml>. Acesso em: 12 de set. de 2023.

MARQUES, A. Ambulatório trans do Hospital Eduardo de Menezes já realizou cerca de duas mil consultas em um ano de funcionamento. **Secretaria de Estado de Saúde**, 2019.

Disponível em:

<[https://www.saude.mg.gov.br/pipa/story/10944-ambulatorio-trans-do-hospital-eduardo-de-menezes-ja-realizou-cerca-de-duas-mil-consultas-em-um-ano-de-funcionamento#:~:text=Os%20atendimentos%20acontecem%20todas%20as,em%20Belo%20Horizonte%20\(MG\)](https://www.saude.mg.gov.br/pipa/story/10944-ambulatorio-trans-do-hospital-eduardo-de-menezes-ja-realizou-cerca-de-duas-mil-consultas-em-um-ano-de-funcionamento#:~:text=Os%20atendimentos%20acontecem%20todas%20as,em%20Belo%20Horizonte%20(MG))>. Acesso em: 15 de out. de 2023.

TEIXEIRA, F. et al. O HC/UFU e o cuidado em saúde para travestis e transexuais. **Portal de Notícias da Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, 22 de agosto de 2023.

Disponível em:

<<https://comunica.ufu.br/noticias/2023/01/o-hcufu-e-o-cuidado-em-saude-para-travestis-e-transexuais>>. Acesso em: 10 de out. de 2023.

Ambulatório Trans registra bons resultados. **Agência Minas**, Belo Horizonte, 12 de setembro de 2019. Disponível em:

<<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/ambulatorio-trans-registra-bons-resultados>>.

Acesso em: 10 de out. de 2023.

HU-UFJF amplia atendimento a transexuais e travestis com nova certificação. **Portal de Notícias da Universidade Federal de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, 27 de junho de 2023.

Disponível em:

<<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/06/27/hu-ufjf-amplia-atendimento-a-transexuais-e-travestis-com-nova-certificacao/>>. Acesso em: 10 de out. de 2023.

V. Rio de Janeiro:

Ambulatório de Transdiversidade do Hupe-Uerj comemora um ano de atendimento à população transgênero do Rio. **Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 16 de maio de 2023. Disponível em:

<<https://www.uerj.br/noticia/ambulatorio-de-transdiversidade-do-hupe-uerj-comemora-um-ano-de-atendimento-a-populacao-transgenero-do-rio/>>. Acesso em: 18 de out. de 2023.

ARAM, A. Ambulatório em Niterói é referência no atendimento à população transgênero.

Ecoa UOL, Niterói, 7 de dezembro de 2021. Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/12/07/ambulatorio-em-niteroi-e-referencia-no-atendimento-a-populacao-transgenero.htm>>. Acesso em: 18 de out. de 2023.

Ambulatório de Atenção à Saúde da População Travesti e Transexual. **Secretaria de Saúde da Cidade de Niterói**, Niterói, 20 de julho de 2021. Disponível em:

<http://www.saude.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1103:amb-trans>. Acesso em: 18 de out. de 2023.